

FILIADO À

**CUT**  
**FNU**

# Linha Viva

2014

13 de janeiro

BOLETIM OFICIAL DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE ENERGIA DO RIO DE JANEIRO E REGIÃO

Av. Marechal Floriano, 199/10º e 16º andares - Centro - Rio de Janeiro - Tels.: 2233-5289/2253-5881 - sintergiapress@gmail.com

## RioLuz

# Discussão e aprovação da pauta é o primeiro passo da Campanha Salarial

**E**stabelecer uma pauta de reivindicações que reflita a expectativa de cada trabalhador em particular e da categoria como um todo é responsabilidade da direção do Sindicato em conjunto com os(as) trabalhadores(as).

Nesse sentido, a direção do Sindicato dá o primeiro passo ao convocar Assembleia com o objetivo de discutir e deliberar sobre pré-pauta preparada tendo por base a atual conjuntura econômica.

Agora, cabe a cada trabalhador(a) assumir a sua parte e comparecer à Assembléia e garantir a representação de cada setor, colaborando para o enriquecimento da discussão e a consequente formatação de uma pauta representativa.

Este é o primeiro passo da Campanha Salarial.

Uma vez aprovada, a pauta passa a ser o instrumento de negociação entre a direção do Sintergia e a Comissão dos trabalhadores (também escolhida na mesma Assembleia) com a empresa.

A Campanha Salarial de 2014 acontece em ano eleitoral, o que levou a direção do Sindicato a convocar a Assembleia de aprovação de pauta com bastante antecedência para evitar que a empresa alegue no decorrer das negociações que não teve tempo de avaliar nossas reivindicações.

A direção do Sindicato conta com a presença de cada companheiro(a) para que a pauta aprovada sirva de elemento catalizador da mobilização coletiva.

Para a direção do Sintergia, cada cláusula da pauta é prioritária. Mas é preciso que a Assembleia determine as bandeiras de luta que vão nortear as discussões do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Não dá para cruzar os braços e esperar que as coisas aconteçam.

Quem sabe faz a hora.

E a hora é de fazer uma grande Assembleia, numa clara demonstração de que queremos um ACT à altura de nossas expectativas, garantindo a manutenção do poder de compra de nossos salários.

# ASSEMBLEIA

Dia 16 de janeiro de 2014, às 18 horas

No Auditório do Sintergia

Avenida Marechal Floriano, 199/10º andar

Visite nosso site: [www.sintergia-rj.org.br](http://www.sintergia-rj.org.br)

# Atuação sindical combate ameaças à classe trabalhadora

Em que pese a boa produção legislativa em 2013, do ponto de vista qualitativo, para a classe trabalhadora tendo em vista a aprovação da PEC das Domésticas, da isenção para os trabalhadores do IRPF da parcela referente à participação nos lucros e resultados das empresas, entre outras proposições, inclusive transformadas em normas jurídicas, vale destacar o papel decisivo da bancada sindical no combate a ameaças aos assalariados, em especial aquelas que retrocedem nas relações de trabalho e com origem no Congresso Nacional.

O principal embate travado entre o capital e o trabalho no Poder Legislativo foi a tentativa de “regulamentação” da terceirização consubstanciada no PL 4.330/04, do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), um dos principais articuladores dos interesses empresariais no Legislativo federal.

A base do debate é o substitutivo do deputado Arthur Maia (SDD-BA), apresentado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que define a terceirização a partir de empresas especializadas. Há divergências em vários pontos da proposta duramente combatida pelas representações dos trabalhadores.

A “regulamentação” da terceirização não teve êxito, mesmo após a realização de uma série de reuniões coordenadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego e pela Secretaria Geral da Presidência da República. Vários textos foram apresentados, mas todos ficaram aquém das necessidades dos trabalhadores.

Além disto, o tema foi intensamente debatido em comissão geral realizada na Câmara dos Deputados. O relator do PL 4.330 recuou em alguns pontos retirando, por exemplo, o artigo que recriava a “Emenda 3”, ou seja, a “pejotização” dos trabalhadores, mas ainda assim a matéria não obteve consenso para sua apreciação.

Entre os pontos ainda divergentes, destaque para quem representará os trabalhadores terceirizados e a definição do que poderá ser terceirizado na atividade fim das empresas.

A atuação articulada das entidades sindicais junto aos parlamentares foi fundamental para o posicionamento dos líderes das bancadas do PT, PSB e PCdoB, contrários à matéria. As outras agremiações estão divididas ou convergem a favor da proposta empresarial.

Outra iniciativa combatida pelos trabalhadores é o Simples Trabalhista. Em que pese a boa intenção do autor com a matéria, a proposta foi alvo de crítica desde a sua

concepção. Atendendo a um apelo da classe trabalhadora, o deputado Júlio Delgado (PSB-MG), autor do PL 951/11, pediu a retirada de tramitação do projeto. Essa iniciativa do autor da proposta foi positiva e porque permite discussão mais adequada sobre o tema.

A ameaça mais recente em tramitação na Câmara dos Deputados é a volta do debate do “negociado sobre o legislado” por meio PL 4.193/12, do deputado Irajá Abreu (PSD-TO). A proposição resgata a iniciativa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que não logrou êxito no Congresso Nacional graças à atuação combativa dos assalariados. O tema é polêmico e não agrada a classe trabalhadora.

O PL 4.193 tramita na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados onde já houve audiência pública para debater o tema. Na ocasião, as divergências vieram à tona e o presidente do colegiado, deputado Roberto Santiago (PSD-SP), firmou posição e compromisso e não colocou a proposta em votação em 2013.

As vitórias conquistadas em 2013 são de extrema relevância e demonstram a força dos trabalhadores na manutenção dos seus direitos. Mas, as ameaças continuam tramitando no Parlamento e poderão ser analisadas a partir de fevereiro.

Para combatê-las no Congresso Nacional, além de unidade de ação dos trabalhadores por meio de suas entidades – sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais – é necessário a ampliação da bancada sindical nas Casas Legislativas. Com a atual composição na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, os trabalhadores estão em desvantagem e os seus direitos em permanente ameaça.

Outra forma de atuação importante dos trabalhadores deve ocorrer pela aproximação com o Poder Executivo. A base do governo tem maioria no Congresso Nacional e pode contribuir decisivamente na mediação das demandas da classe trabalhadora.

A presidente Dilma Rousseff, seguramente, fará o possível para ampliar o diálogo com as entidades de representação dos trabalhadores, com empresários e a sociedade civil organizada.

Esses atores sociais são imprescindíveis para o apoio e fortalecimento da governança participativa além de contribuir para a manutenção do País nos trilhos do desenvolvimento e da consolidação da democracia.